



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 20 de março de 2018

As parcerias público-privadas na UE sofrem de insuficiências generalizadas e benefícios limitados, afirmam os auditores

As parcerias público-privadas (PPP) cofinanciadas pela UE não podem ser consideradas uma opção economicamente viável para executar projetos de infraestruturas, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. As PPP auditadas sofriam de insuficiências generalizadas e benefícios limitados, que deram origem a 1,5 mil milhões de euros de despesas ineficientes e ineficazes. Além disso, a otimização dos recursos e a transparência foram largamente prejudicadas em especial pela falta de uma política e de uma estratégia claras, por análises inadequadas, pelo registo das PPP como elementos extrapatrimoniais, bem como por modalidades de partilha dos riscos desequilibradas.

Entre 2000 e 2014, a UE concedeu financiamento no montante de 5,6 mil milhões de euros a 84 PPP, sendo o custo total dos projetos de 29,2 mil milhões de euros. Os auditores examinaram 12 PPP cofinanciadas pela UE em França, Grécia, Irlanda e Espanha, nos domínios do transporte rodoviário e das tecnologias da informação e comunicação (TIC), que representaram um custo total de 9,6 mil milhões de euros e uma contribuição da UE de 2,2 mil milhões de euros. Globalmente, constataram que as PPP permitiram que as autoridades públicas adjudicassem grandes infraestruturas através de um procedimento único, mas que estas aumentaram o risco de concorrência insuficiente e enfraqueceram, assim, a posição de negociação das autoridades adjudicantes.

Acresce que a maioria das PPP auditadas enfrentou consideráveis ineficiências na sua construção, registando-se em sete dos nove projetos concluídos, cujos custos ascenderam a 7,8 mil milhões de euros, atrasos que chegaram a 52 meses e grandes aumentos dos custos.

"Foi necessário um montante suplementar de fundos públicos de quase 1,5 mil milhões de euros para concluir as cinco autoestradas auditadas na Grécia e em Espanha, tendo cerca de 30% desse montante (422 milhões de euros) sido disponibilizados pela UE", declarou Oskar Herics, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "Este montante foi gasto de forma ineficaz em termos da concretização dos potenciais benefícios económicos."

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

Na Grécia (que é, de longe, o maior beneficiário das contribuições da UE, com 3,3 mil milhões de euros, ou seja, 59% do total), o custo por quilómetro das três autoestradas examinadas aumentou acentuadamente até 69%, ao mesmo tempo que a escala destes projetos sofreu uma redução considerável até 55%. As principais causas da ineficácia das despesas foram a necessidade de cobrir os défices de financiamento causados pela renegociação dos contratos das PPP, a deficiente preparação dos projetos pelos parceiros públicos e, muito fundamentalmente, o facto de os contratos com os concessionários privados terem sido assinados antes de algumas questões pertinentes ficarem resolvidas.

Os auditores constataram que as análises prévias se tinham baseado em cenários demasiado otimistas, sendo o resultado uma utilização real inferior à prevista até 69% nas TIC (na Irlanda) e 35% nas autoestradas (em Espanha). Na maioria dos projetos auditados, as PPP tinham sido escolhidas sem qualquer análise comparativa prévia das alternativas, não demonstrando assim que essa opção otimizava os recursos e protegia os interesses públicos.

A repartição dos riscos entre os parceiros públicos e privados foi, com frequência, inadequada, incoerente e ineficaz, ao mesmo tempo que as elevadas taxas de remuneração (até 14%) do capital de risco do parceiro privado nem sempre refletiram os baixos riscos suportados. Além disso, a maioria dos seis projetos de TIC auditados não era facilmente compatível com contratos de longa duração, devido às rápidas alterações tecnológicas a que estão sujeitos.

O financiamento das PPP implica requisitos e incertezas adicionais, declaram os auditores. A possibilidade de registar as PPP como elementos extrapatrimoniais foi um fator importante. Cinco dos 12 projetos de PPP avaliados, com um custo total de 7,9 mil milhões de euros, foram inicialmente registados como elementos extrapatrimoniais. Esta prática aumenta o risco de efeitos secundários negativos.

Atualmente, só num pequeno número de Estados-Membros da UE existem quadros institucionais e jurídicos adequados e uma capacidade administrativa considerável para as PPP serem executadas com êxito. Os Estados-Membros visitados não desenvolveram uma política ou uma estratégia claras relativamente à utilização das PPP. Esta situação não corresponde ao objetivo da UE de executar uma maior percentagem dos seus fundos através de projetos de financiamento misto, incluindo PPP.

Os auditores formulam um conjunto de recomendações, dirigidas tanto à Comissão como aos Estados-Membros, no sentido nomeadamente de:

- não promover uma utilização mais intensiva e generalizada das PPP até que as questões identificadas estejam resolvidas;
- atenuar o impacto financeiro dos atrasos e das renegociações nos custos das PPP suportados pelo parceiro público;
- fundamentar a seleção das PPP em análises comparativas sólidas sobre a melhor opção de contratação pública;
- garantir a capacidade administrativa necessária e definir políticas e estratégias claras em matéria de PPP para executar com êxito projetos de PPP apoiados pela UE;
- melhorar o quadro da UE para alcançar uma maior eficácia dos projetos de PPP, de modo a que a escolha desta opção seja justificada por considerações de otimização dos recursos.

Nota aos diretores das publicações

Desde a década de 1990, foram executadas na UE 1 749 PPP, num valor total de 336 mil milhões de euros. As PPP foram, na sua maioria, utilizadas no domínio dos transportes, que recebeu em 2016 um terço do investimento total anual, à frente da saúde e da educação.

No entanto, o financiamento da UE consagrado às PPP foi relativamente reduzido, embora a Comissão Europeia tenha vindo a incentivar o recurso às PPP desde há alguns anos. No período de 2000-2014, 84 PPP, com um custo total dos projetos de 29,2 mil milhões de euros, receberam 5,6 mil milhões de euros de financiamento da UE. Os Estados-Membros selecionados representaram cerca de 70% do custo total das PPP apoiadas pela UE entre 2000 e 2014 (20,4 de 29,2 mil milhões de euros) e 71% da contribuição da UE para as PPP (4,0 de 5,6 mil milhões de euros).

As subvenções dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão constituíram a principal fonte de financiamento de PPP da UE (67 dos 84 projetos). A Comissão apoiou as outras 17 PPP através de instrumentos financeiros, muitas vezes em cooperação com o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Desde 2015, os projetos de PPP também são financiados no âmbito do FEIE, uma iniciativa conjunta da Comissão e do BEI. Dos 224 projetos aprovados até junho de 2017, 18 tinham sido assinalados como PPP.

O Relatório Especial nº 9/2018, "Parcerias Público-Privadas na UE: insuficiências generalizadas e benefícios limitados", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.